

Estado da publicação: O preprint foi publicado em um periódico como um artigo
DOI do artigo publicado: <https://doi.org/10.1590/dados.2023.66.2.303>

Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros

Bruno Bolognesi, Ednaldo Ribeiro, Adriano Codato

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.2552>

Submetido em: 2021-06-28

Postado em: 2021-06-30 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros

A new ideological classification of the Brazilian political parties

Declaração de Conflito de Interesses

Eu, Bruno Bolognesi, autor responsável pela submissão do manuscrito intitulado ‘Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros’ e todos os coautores que aqui se apresentam, declaramos que NÃO POSSUÍMOS, CONFLITO DE INTERESSES de ordem: pessoal, comercial, acadêmica, política ou financeira no manuscrito. Declaramos, também, que todas as informações que poderiam levar a um conflito de interesses, já foram requeridas e manifestadas durante o processo de submissão do manuscrito supracitado.

Bruno Bolognesi¹

Cientista político, professor na Universidade Federal do Paraná (UFPR), coordena o Laboratório de Partidos e Sistemas Partidários (LAPeS).

brunobolognesi@gmail.com

Ednaldo Ribeiro²

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná e professor associado da Universidade Estadual de Maringá. Pesquisador do CNPq.

ednaldoribeiro@icloud.com

Adriano Codato³

Professor de Ciência Política na Universidade Federal do Paraná e pesquisador do CNPq.

adrianocodato@gmail.com

Declaração de contribuição dos autores

Bruno Bolognesi: desenho do instrumento de pesquisa; coleta, processamento e análise dos dados; argumento teórico e; revisão final.

Ednaldo Ribeiro: desenho do instrumento de pesquisa; coleta, processamento e análise dos dados; argumento teórico e; revisão final.

Adriano Codato: desenho do instrumento de pesquisa; análise dos dados e; argumento teórico.

Termo de consentimento do *survey*

O uso do cadastro que permitiu acesso aos respondentes não seria possível sem o apoio da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Para tanto, foram contactados apenas os cientistas políticos associados que permitiram em sua ficha junto à associação o uso de suas informações cadastrais para fins acadêmicos e científicos. Adicionalmente, os respondentes manifestaram seu consentimento com a pesquisa através de uma pergunta filtro em que poderiam optar ou não por preencher o questionário. Ainda, nenhuma identificação pessoal foi armazenada ou publicizada, de forma que zelamos pela garantia do anonimato de quem com a pesquisa colaborou.

¹ ORCID: orcid.org/0000-0002-1483-7501

² ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4005-5108>

³ ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5015-4273>

Resumo: Assim como a política democrática se modifica, a percepção sobre os partidos que ela compõe também se altera. O objetivo desse trabalho é oferecer uma nova e atualizada classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. A partir de um *survey* aplicado à comunidade de Cientistas Políticos em 2018 pedimos que estes classificassem os partidos na dimensão esquerda-direita e, também, quanto ao seu principal objetivo, a persecução de votos, de posições de governo ou de políticas. Os resultados apontam para um movimento centrífugo do sistema partidário com a maioria dos partidos caminhando para a direita e com predomínio de partidos que podem ser classificados como fisiológicos, priorizando a díade votos-cargos e desprezando programaticidade.

Palavras-chave: partidos políticos; ideologia política; *survey*; modelos de partido; eleições.

Abstract: As long as democratic politics modify itself, perception on the belonging political parties' also do. The paper's main purpose is to bring in a new and updated ideological classification of Brazilian political parties. Data elicited from political scientists through a survey in 2018 asked them to position each party on the left-right continuum and, additionally, regarding their major objective, to pursue votes, government positions or policy issues. Our findings point out to a centrifugal trend on party system pushing most of parties to the right. Furthermore, we show a prevalence of patronage and clientelistic parties who rank in first the votes-positions dyad rather policy.

Keywords: political parties; political ideology; survey; party models; elections.

Introdução⁴

Atualizações na classificação ideológica dos partidos políticos são frequentes nas democracias. Ocorrem pela mudança no quadro partidário com a entrada e saída de novos partidos, com a alternância nos postos de poder ou fruto do contexto político em que determinado país se encontra ou; pelas modificações de sentido que cada posição

⁴ Esta pesquisa não seria possível sem a colaboração da Associação Brasileira de Ciência Política (www.cienciapolitica.org.br) que nos cedeu gentilmente a lista de cadastro de seus filiados dispostos a colaborar com levantamento de dados para fins científicos. Agradecemos também a Ana Paula Maciel pelo apoio na coleta de dados, a Gabriela Tarouco, André Castro, Maria Cecília Eduardo e Simone Dourado por colaborarem no pré-teste do questionário fornecendo importante *feedback* para melhora do instrumento.

ideológica desvela, os conceitos de esquerda ou de direita são relacionais e se alteram no tempo ressignificando suas definições. Ainda que não pretendamos fazer uma discussão conceitual sobre o que cada visão de mundo representa, reconhecemos a necessidade de periódica atualização sobre como o eixo ideológico se relaciona com as agremiações partidárias no Brasil.

A ideologia dos partidos políticos brasileiros sempre foi um tema tratado como secundário na literatura que privilegiou os comportamentos eleitoral e legislativo e suplantou a dimensão ideológica como incapaz de diferenciar as legendas partidárias (Epstein, 2009; Zucco Jr. and Zucco, 2011; Tarouco and Madeira, 2015). As distâncias espaciais entre os partidos políticos estariam diluídas pelo personalismo eleitoral e pela patronagem partidária (Mainwaring, 1993; Ames, 2003). Ainda que a desideologização seja um fenômeno em ocorrência em várias democracias (Scarrow, 1996; Van Biezen, Mair and Poguntke, 2012; Bolleyer, 2013), o Brasil não experimentou uma ‘era de ouro’ de seus partidos políticos com organizações perenes, programáticas e de ideologia expressa como ocorreu com frequências nas democracias avançadas (Janda and Colman, 1998; Samuels, 1999; Desposato, 2006). Ou seja, o quadro brasileiro é de baixa programaticidade permanente, independentemente do estágio de desenvolvimento de seu sistema partidário.

O paradigma dos partidos políticos brasileiros sempre esteve entre uma força virtualmente desprezível eleitoralmente – onde predominam campanhas personalistas, financiamento eleitoral privado, alta fragmentação e clientelismo, e partidos dando cartas no legislativo nacional – organizando a agenda de votações, apresentando taxas de coesão acima de 50% e compondo coalizões para governabilidade (Figueiredo and Limongi, 2000; Pereira and Mueller, 2003; Melo, 2015). Essa dicotomia comportamental dos partidos brasileiros envia um sinal confuso para o entendimento acerca de suas bases programáticas gerando parca clareza sobre as posições da maioria dessas organizações.

Por outro lado, especialistas e políticos têm clareza da clivagem ideológica e que esta possui efeitos na condução da coisa pública e no comportamento legislativo. Para saber o conteúdo desta clivagem diferentes estratégias são mobilizadas. Podemos mensurar ideologia partidária através dos programas dos partidos (Franzmann and Kaiser, 2006; G. da S. Tarouco and Madeira, 2013; Babireski, 2014), a partir do comportamento de seus representantes (Scheeffler, 2016), do comportamento eleitoral (Carreirão, 2006; Dantas and Praça, 2010), da composição social (Rodrigues, 2002), da percepção de seus

representantes (Power and Zucco Jr., 2009) ou da percepção de *experts* (Wiesehomeier and Benoit, 2007; Tarouco and Madeira, 2015). Nossa proposta de classificação se filia nesta última forma, com seus problemas e vantagens.

Para tanto nós aplicamos um *survey* para os associados da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) durante vinte dias do mês de julho de 2018. Os entrevistados foram convidados a responder através de uma plataforma *web-based* como classificavam os - então - trinta e cinco partidos políticos brasileiros no eixo esquerda-direita numa escala espacial de zero a dez. Esses especialistas não tinham acesso ao ponto numérico, mas apenas o ponto espacial que distanciava mais ou menos cada um dos partidos dos extremos. Isso evita um possível problema de antecipação de pontos ideológicos, onde valores numéricos coincidem com posições já conhecidas como extrema-esquerda, centro-direita, esquerda ou direita. A reta, portanto, estimula uma classificação por proximidade e não a coincidência entre posições ordinais e ideológicas. A possível agregação de valores médios, como se sabe, pode ser feita após a coleta dos dados.

Foram enviados 963 convites e a taxa de retorno foi de 59,3%, bastante alta o que demonstra a pertinência do tema e o perfil colaborativo da comunidade de Ciência Política. Contudo, levando em conta os erros de envio (envio duplicados) e respostas incompletas a taxa final foi de 53,9%, totalizando nosso universo em 519 indivíduos. A maior parte dos respondentes possuía título de doutor 48,4%, enquanto mestres foram 32,8%, e graduados 18,8%. Ainda que cansativa, a pesquisa foi respondida numa média de dezessete minutos para aqueles que a concluíram. O resultado é uma estimativa da posição média ideológica de cada legenda colocando os partidos mais ou menos próximos dos polos de esquerda ou direita.

O texto está dividido da seguinte forma. Apresentamos abaixo o debate sobre ideologia partidária, sua pertinência teórica e como este tema foi discutido na literatura. Em seguida mostramos o resultado da classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros e discutimos possíveis problemas comparando com classificações anteriores. Por fim, sugerimos duas explicações para as mudanças na classificação de nossas agremiações partidárias.

Ideologia partidária: como e para quê?

O entendimento dos partidos políticos como portadores de uma visão de mundo e de um programa que a reflita aponta a ideologia como um ‘atalho cognitivo’ para tomada de decisão no momento do voto e como uma linha a ser perseguida nas tomada de decisão quando nos governos (Rose, 1984). A ideologia estrutura a comunicação e a captação de interesses dispersos ao longo do tempo e do espaço. Seriam os partidos políticos as organizações responsáveis por realizar esse movimento nas democracias através da diferenciação eleitoral.

Também, a ideologia possibilita comparações ao longo do tempo e do espaço, permitindo que notemos movimentações em relação às preferências dos indivíduos assim como as dinâmicas dos sistemas partidários, seus (des)alinhamentos, polarizações e direções que seguem na concorrência entre os pares. Usualmente, a distinção entre esquerda e direita nos partidos políticos obedeceu unidimensionalmente à distinção entre intervenção do Estado na economia (Downs, 1999) e à defesa da igualdade social como natural ou construída (Bobbio, 1995). Contudo, o entendimento sobre o que significam tais posições e como os ideais que nelas cabem tem se alterado ao longo do tempo e do espaço. A definição que separa direita e esquerda em torno da defesa da igualdade tornou-se opaca na medida em que agendas específicas entram em cena e demandas sociais passam a se fragmentar com o declínio das sociedades de classe na Europa ocidental a partir dos anos 1960 (Arce, 2010; Botelho, 2018), por exemplo.

Ou seja, reafirmamos que conhecer e classificar partidos políticos a partir de sua ideologia é um instrumento de análise para entender as próprias organizações partidárias, mas também é importante ver como estas são percebidas de forma diferente ao longo do tempo. Ainda que os partidos políticos possam ser classificados a partir de seu comportamento eleitoral (Carreirão, 2006; Dantas and Praça, 2010), pelo comportamento legislativo (Scheeffler, 2016), pela auto imputação ideológica (Power and Zucco Jr., 2009; Zucco Jr. and Zucco, 2011), por sua composição social (Rodrigues, 2002), pelas escolhas de políticas públicas (Dias, 2012) ou pelas posições expressas pelos próprios partidos (Franzmann and Kaiser, 2006; G. D. S. Tarouco and Madeira, 2013), todos os métodos possuem vantagens e desvantagens. A classificação através de *expert survey*, como a que apresentamos aqui, traz em si também prós e contras.

A primeira vantagem é que os *surveys* realizados com experts produzem medidas válidas e confiáveis, conforme apontam Benoit e Laver (2001; 2006). Quando comparados com outros indicadores como o comportamento dos partidos em eleições, as

classificações dos estudiosos convergiram. Em segundo lugar, consultar especialistas aumenta a chance de que a classificação tenha sido realizada sem contaminações típicas das arenas políticas como a lógica de alianças eleitorais e legislativas, o peso da tomar decisões difíceis quando no governo ou a frivolidade com que os manifestos partidários são tratados, especialmente no Brasil.⁵ Ainda, as classificações baseadas em *mass survey* como Latinobarómetro carregam a dificuldade típica de nosso sistema partidário, quando a quantidade e diversidade de legendas se torna um problema para diferenciá-las. Este problema afeta também a capacidade dos especialistas, mas é nesse momento que contar com eles possa ser também uma vantagem.

Por outro lado, Benoit e Laver (2006) apontam que *expert survey methods* apresentam uma enorme vantagem em relação às outras formas de mensuração ideológica. Em primeiro lugar, qualquer que seja a forma para classificação de partidos haverá possível fonte de erros ou vieses. Em segundo lugar, ideologia política é um conceito que exige algum grau de abstração e complexidade, não é um elemento de fácil acesso, portanto. Nesse sentido, os especialistas estariam mais capacitados para oferecer respostas precisas sobre ideologia se comparados com outros grupos sociais. Posições políticas estabelecidas num espaço são ainda informações mais precisas, exigem mais do respondente para que se reduza o que comumente se chama de *differential item functioning (DIF)*, a capacidade que todo respondente compreenda o questionado da mesma forma (King *et al.*, 2004).

Mas a classificação de partidos políticos por seus estudiosos apresenta também problemas. O primeiro deles é que, como em toda pesquisa que utiliza *survey*, os resultados são sensíveis ao tempo e ao local em que foram coletados os dados. Eventos contundentes, episódios políticos impactantes e o contexto que afeta o respondente podem influenciar nos resultados. Em segundo lugar, *expert surveys* podem apresentar tendências de polarização dado que especialistas tendem a ocupar ‘toda a reta’ ideológica tentando diferenciar os partidos entre si. O que é especialmente sensível para sistemas altamente fragmentados (Mair, 2001; Wiesehomeier and Benoit, 2007), como o caso do Brasil, onde se tenta diferenciar uma legenda de outra evitando espaços vazios e levando a uma possível polarização artificial.

⁵ Sobre classificações baseadas em comportamento político ver a revisão em Benoit e Laver (2006) e como os manifestos podem apresentar problemas em sua análise em Franzmann e Kaiser (2006).

Uma atualizada classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros

O primeiro ponto que chama atenção é a ausência de respostas para algumas agremiações e a variação de respostas para outras (Tabela 1). A correlação entre estes dois itens é intuitiva. Quanto maior a quantidade de respostas dadas à classificação de uma determinada legenda, maior o coeficiente de variação apresentado. A correlação apresentada ($r = .437$) indica que com uma maior quantidade de indivíduos julgando-se apto para classificar ideologicamente um partido específico ocorre aumento na heterogeneidade da classificação e, portanto, os pontos atribuídos variam mais. Isso é especialmente verdade para partidos classificados à esquerda da reta ideológica (PSTU, PCO, PCB, PSOL e PCdoB), que apresentam valores muito acima dos cem pontos em seus coeficientes de variação.

Uma possível explicação para esse fenômeno talvez esteja na própria forma com que os experts classificam os partidos políticos e como ‘dividem’ a reta espacial. Note, se utilizarmos o Partido Verde (PV) como partido de centro e que divide a reta entre esquerda e direita, o segmento à esquerda possui dez agremiações enquanto o seguimento à direita exatamente o dobro. Ou seja, os partidos tidos como à direita no espectro ideológico ficam mais espremidos na reta obrigando o respondente escalonar com mais precisão um seguimento do que outro. Assim, com um segmento muito mais populoso, é esperado que a indiferenciação ocorra mais de um lado do que de outro. É preciso lembrar, é claro, que estamos falando da comunidade de Ciência Política, respondentes experimentados que possuem formação e conhecimento suficiente para estabelecer relações comparáveis. Contudo, diante desta quantidade de legendas, até o mais treinado dos olhos terá dificuldade em estabelecer uma memória ao operacionalizar tantas vezes a mesma instrução.

Tabela 1 – Descritivas por partido: ideologia

Partido	Média	Mediana	Moda	Desvio Padrão	N	Coeficiente de Variação
PSTU	0,51	0	0	1,13	514	220,23
PCO	0,61	0	0	1,19	509	196,03
PCB	0,91	0,9	0	1,27	512	139,91
PSOL	1,28	1	1	1,18	513	92,45
PCdoB	1,92	2	2	1,50	512	78,26
PT	2,97	3	3	1,34	504	44,99
PDT	3,92	4	4	1,48	483	37,84

PSB	4,05	4	4	1,59	468	39,33
Rede	4,77	4	4	1,72	451	35,99
PPS	4,92	5	4	2,36	472	47,83
PV	5,29	5	6	1,79	435	33,83
PTB	6,1	6	7	2,18	481	35,74
Avante	6,32	6	6	2,27	451	35,88
SDD	6,5	7	6	1,98	469	30,51
PMN	6,88	7	7	2,10	444	30,48
PMB	6,9	7	7	2,03	431	29,46
PHS	6,96	7	7	1,94	443	27,82
MDB	7,01	7	6	1,66	453	23,71
PSD	7,09	7	6	1,72	479	24,22
PSDB	7,11	7	6	1,69	496	23,81
Podemos	7,24	7	8	1,76	469	24,27
PPL	7,27	8	10	2,68	465	36,87
PRTB	7,45	8	7	1,98	462	26,52
Pros	7,47	7	8	1,58	472	24,47
PRP	7,59	7	7	1,57	472	20,66
PRB	7,78	8	8	1,48	495	19,97
PR	7,78	8	8	1,53	488	19,61
PTC	7,86	8	8	1,65	480	20,97
DC	8,11	8	8	1,55	503	19,09
PSL	8,11	8	10	1,69	489	20,79
Novo	8,13	8	10	1,72	474	21,17
Progressistas	8,20	8	8	1,53	496	18,69
PSC	8,33	8	10	1,52	505	18,23
Patriota	8,55	9	10	1,58	490	18,54
DEM	8,57	9	10	1,40	511	16,31

Fonte: *survey* UFPR/ABCP

Por outro lado, quando olhamos a outra ponta da tabela vemos que os partidos tradicionais de direita possuem bastante consistência, com baixo coeficiente de variação. Progressistas (antes PP, e antes PPB), PSC, Patriota (antes PEN) e DEM (antes PFL) são partidos com fácil associação com a direita. Exceção digno de nota é o Patriota, que figura com o segundo partido ‘mais à direita’ provavelmente dada a aproximação de Jair Bolsonaro com o partido que se frustrou apenas em janeiro de 2018, quando o partido já havia inclusive alterado a antiga nomenclatura para abrigar o então futuro candidato. Todos os outros partidos compõem a núcleo duro da direita longa brasileira. Progressistas e DEM herdeiros da ditadura e responsáveis pela condução da representação das bases do agronegócio e a defesa da agenda neoliberal no Brasil. Fecha o bloco o PSC, partido ligado tanto à ala mais conservadora da igreja católica quanto à representação de

origem evangélica. Em resumo: são legendas que o analista possui histórico para ali alocá-las ou um contexto específico que facilitam posicionar sem titubear no apertado espaço em que sente que é preciso diferenciar os partidos entre si.

Tabela 2 – Taxa de não respostas por partido

Partido	%
PMB	16,95
PV	16,18
PHS	14,64
PMN	14,45
Avante	13,10
Rede	13,10
MDB	12,72
PRTB	10,98
PPL	10,40
PSB	9,83
Podemos	9,63
SDD	9,63
Pros	9,05
PRP	9,05
PPS/CDD	9,05
Novo	8,67
PSD	7,71
PTC	7,51
PTB	7,32
PDT	6,94
PR	5,97
PSL	5,78
Patriota	5,59
PRB	4,62
PSDB	4,43
Progressistas	4,43
DC	3,08
PT	2,89
PSC	2,70
PCO	1,93
DEM	1,54
PCdoB	1,35
PCB	1,35
PSOL	1,16
PSTU	0,96

Fonte: *survey* UFPR/ABCP

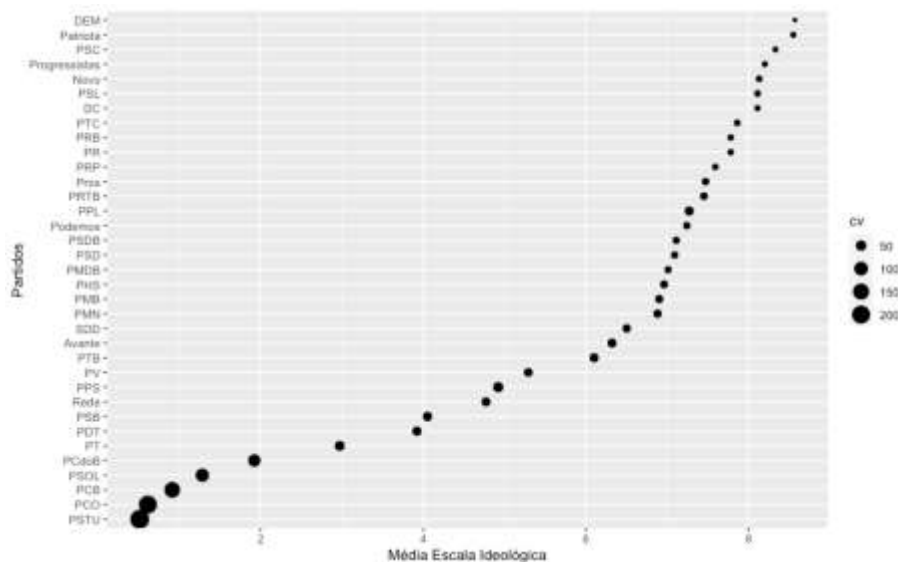


Gráfico 1 - Coeficiente de variação das classificações na escala ideológica por partido
Fonte: *survey* UFPR/ABCP

Já a ausência de respostas em partidos como o Partido da Mobilização Nacional (PMN), Partido da Mulher Brasileira (PMB), Avante (antigo PTdoB), Partido Humanista Social (PHS), Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) e Partido Pátria Livre (PPL) usualmente está ligada à baixa saliência que tais partidos possuem em seus posicionamentos somada à mudança de nomenclatura recente ou então ao pouco tempo de existência da legenda. Por outro lado, partidos como PV, Rede e MDB são partidos que possuem pouca coesão na dimensão esquerda-direita. Pode até ser que sejam vistos como programáticos, no caso da Rede, por exemplo, ou que tenham uma agenda clara, como o ambientalismo dos Verdes, mas não possuem uma posição distinta no que se refere aos principais critérios que formam as categorias de esquerda ou de direita. Já o caso do MDB é um caso clássico de partido *catch-all* que possui muitas colorações em diferentes lugares e pontos do tempo no Brasil. Seu histórico de partido amorfo data desde sua fundação e o passado aqui dificulta aloca-lo num posto definitivo (Kinzo, 1988).

Quando buscamos conteúdo para a forma com que os cientistas políticos classificaram os partidos políticos brasileiros, conseguimos captar mais precisamente onde está a dificuldade em classificar a miríade de legendas do nosso sistema partidário. Perguntamos também como seria a classificação de cada partido baseada na distinção comportamental – ou dos objetivos partidários – teorizado por Müller e Strøm (1999) e aplicado aos modelos de partido por Wolinetz (2002). Os objetivos partidários seriam um *proxy* daquilo que o partido tem como razão de ser e refletiria para o quê a organização

partidária está trabalhando. Por exemplo, dois diferentes partidos podem ter uma grande quantidade de filiados. Mas enquanto um deles persegue políticas públicas e mobiliza seus membros para convencer eleitores, o segundo utiliza propaganda eleitoral e adapta seu programa de modo a angariar a maior quantidade de votos possível. O primeiro estaria mais próximo do modelo de *policy seeking party*, enquanto o segundo perto do *vote seeking*. Já agremiações que primam por fazer parte de coligações tirando proveito de cabeças de chapa ou que abrem mão de seu espaço em determinada região para no futuro encontrar cargos e patronagem no interior do governo usualmente são classificados como *office seeking*.

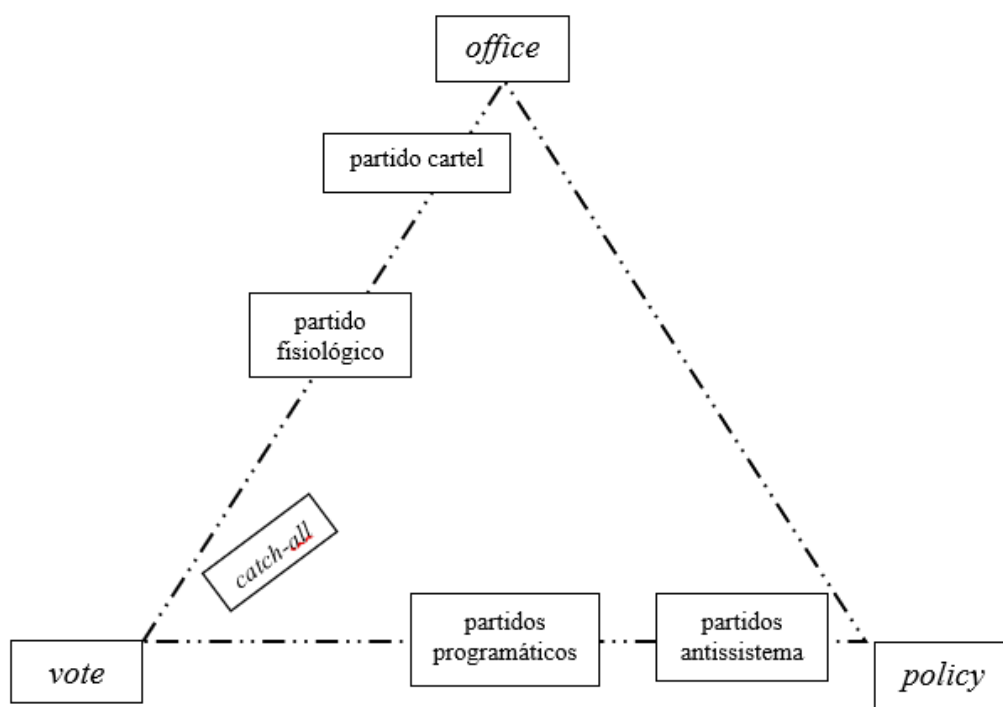


Figura 1⁶ – Objetivos partidários e modelos de partido

⁶ O termo ‘partidos fisiológicos’ não é um conceito comumente usado na literatura partidária internacional. O mais comum é que se use ‘partidos personalistas’ ou ‘partidos clientelistas’. Mas ambas as definições não parecem ter o mesmo sentido do fisiologismo brasileiro, onde os candidatos e eleitos são atributos dos partidos -invés do partido ser um ‘bem’ do candidato. O partido opera a reboque de seus membros que mantem práticas paroquiais centradas no indivíduo de conexão eleitoral. Diferente do partido personalista que é calcado na figura de um líder carismático e do clientelista que se sustenta a rede de clientelismo formada por notáveis locais e coordenada pelo partido centralizado (Singer and Kitschelt, 2011).

Segundo Wolinetz (2002) o modelo que tenta classificar os partidos políticos por seu comportamento tende a ser mais vantajoso na medida em que é mais flexível e permite que as variações ao longo do tempo e do espaço sejam captadas de forma mais sensível. Ao mesmo tempo em que o indicador que busca mensurar comportamentos partidários não deve ser interpretado como tendo um objetivo isolado de outro. Os partidos, na maioria das vezes, fazem as três coisas ou utilizam um comportamento para atingir outro. Um partido dificilmente irá conseguir implementar seu programa político sem que tenha uma votação expressiva, seja para legitimar suas propostas, seja para conquistar o poder de governar. Mas os partidos priorizam estratégias, dão intensidades para cada um desses comportamentos conforme respondem aos constrangimentos políticos e institucionais.

Assim os diferentes objetivos dos partidos convivem em (des)equilíbrio, fazendo dessas instituições unidades complexas, diferente das proposições reducionistas da escolha racional (Downs, 1999; Smith, 2004). A pergunta então é saber se há como sobrepor as dimensões ideológica e comportamental dos partidos e se é possível que encontremos alguma consistência em como essas duas classificações foram entendidas em nosso *survey*.

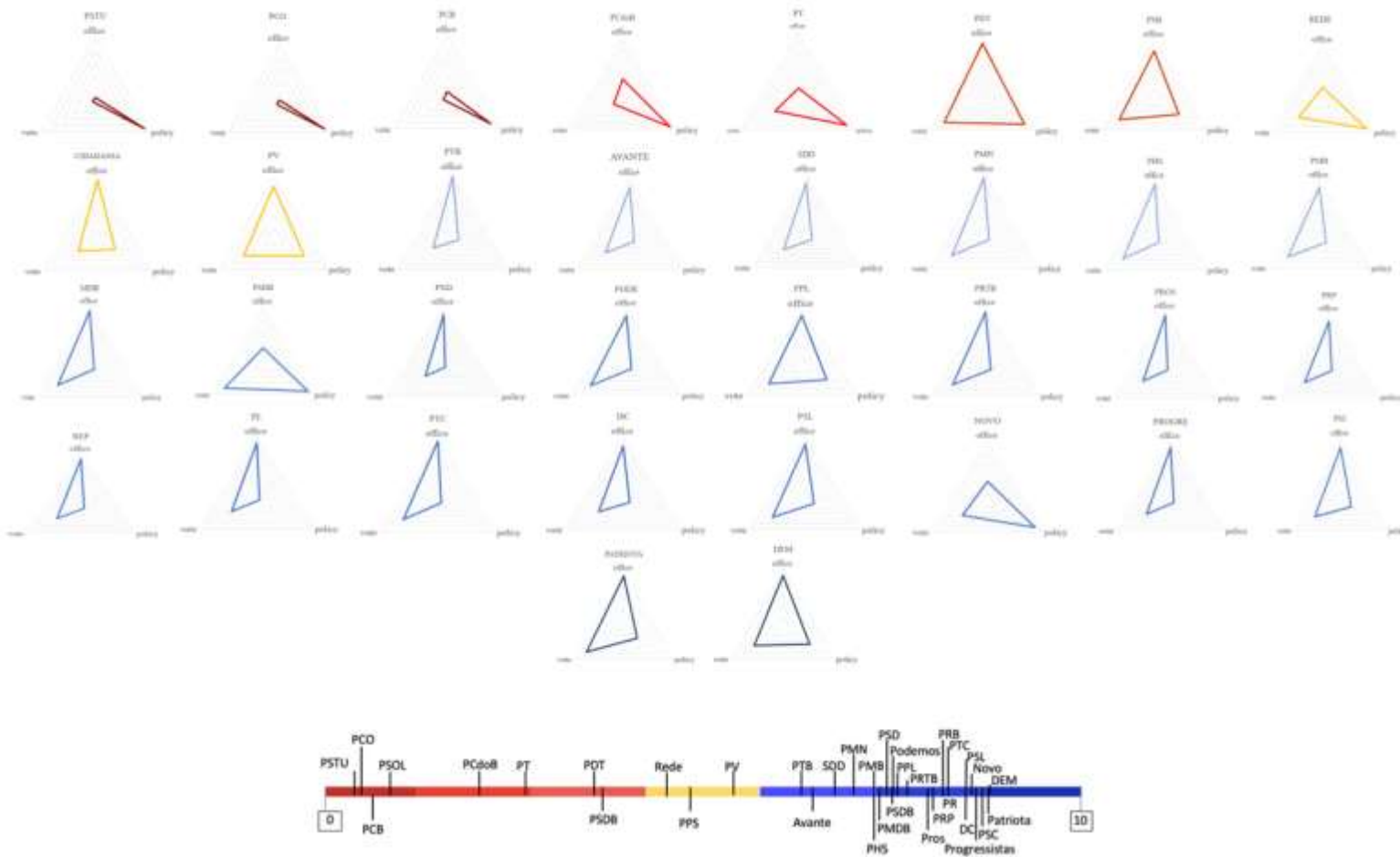


Figura 2 – Classificação em *policy*, *office* ou *vote-seeking* dos partidos políticos brasileiros em 2018

A figura 2 mostra os partidos políticos brasileiros a partir da imputação de seus objetivos partidários conforme Wolinetz (2002)⁷. Ao mesmo tempo, sua coloração

⁷ Precisamente, a pergunta feita aos entrevistados continha uma *vignette* que dizia: ‘Um modo de entender os partidos políticos é classificá-los quanto ao principal objetivo que perseguem e as consequências organizacionais a partir dele. A literatura utiliza três categorias conforme abaixo resumidas (Strom, 1990; Müller and Strøm, 1999; Wolinetz, 2002), partidos podem ser então:

- *vote-seeking*: partidos que buscam a maximização dos votos independentemente do contexto competitivo ou das limitações programáticas ou alianças em que estejam inserido. As posições políticas são flexíveis. A organização do partido se intensifica durante eleições e passa despercebida nos períodos entre elas. São flexíveis na construção de alianças, moldando sua visão de mundo a cada contenda eleitoral ou adversário político na tentativa de amearhar a maior quantidade de eleitores possível;
- *office-seeking*: partidos políticos que maximizam a participação em governos e alianças políticas ainda que isso exija não maximizar a obtenção de votos junto ao eleitorado ou garantir seu programa político. Visando sobreviver, preferem desfrutar dos cargos distribuídos pelo espólio de seu parceiro eleitoral vitorioso a ficar fora do governo. As atividades partidárias se restringem aos períodos eleitorais e a estrutura do partido depende dos recursos advindos dos cargos ocupados;
- *policy-seeking*: partidos que priorizam ocupar o Estado para garantir a persecução de uma agenda de political issues. Tendem a ser permanentemente mobilizados mesmo entre eleições e com envolvimento de várias esferas do partido. No limite, buscam convencer o eleitor ao invés de adaptar seu programa ao sabor

ideológica de acordo com cortes a partir da média de pontuação na dimensão esquerda-direita. Como se pode observar, o ponto mais à esquerda coincide com o valor zero e o mais a direita com o valor dez. Por um lado, a alta taxa de não resposta (Tabela 2) pode ser explicada pela dificuldade em identificar partidos políticos que perseguem políticas públicas fora do espectro da esquerda. Com exceção do Rede, Novo e PSDB, todos os demais partidos ou não tem um objetivo claro (como PSB, PDT, PPL⁸, PV e DEM) ou são partidos que se aproximam do par ‘*office – vote seeking*’, apontando que o fisiologismo parece ser a tônica no sistema partidário nacional.

Olhando mais detidamente para os cortes ideológicos, representados na reta pelas diferenciações de cores encontramos que, em segmentos de mesma amplitude, algumas constantes chamam a atenção. A escala foi dividida de modo que partidos que tiveram média ideológica entre 0 e 1,5 foram classificados como de extrema-esquerda; os que pontuaram de 1,51 a 3, como esquerda; de 3,01 a 4,49 como legendas de centro-esquerda; entre 4,5 e 5,5 de centro; valores entre 5,51 e 7 como sendo de centro-direita; 7,01 a 8,5 foram classificados como de direita e; por fim, partidos que pontuaram na média entre 8,51 e 10, como extrema-direita. O partido mais à direita do espectro é o DEM que teve ideologia média de 8,57 e Patriota, com 8,55 ambos ocupando a extrema-direita. Já no extremo oposto temos o PSTU, com 0,51 e PCO com 0,61.

Os partidos de extrema-esquerda (PSTU, PCO e PCB), por seu turno, podem ser classificados como antissistema⁹ (Sartori, 1980; Ribeiro, 2003). São partidos que tem como único objetivo a propagação de ideias políticas e não possuem nenhuma preocupação em amealhar votos. Usualmente militam contra o sistema democrático, propondo uma desestruturação do mesmo por outras vias que não a eleitoral. Ao passo que se caminha para o centro da classificação, a introdução de comportamentos sistêmicos aparece e a esquerda amplia seu ‘triângulo’ dando mais espaço para a persecução de votos e do governo. Tanto PCdoB, quanto PT são partidos que se aproximam mais dos partidos programáticos, conforme a posição na Figura 1. Ainda que tenham em seu fulcro forte orientação programática, parecem dispostos a fazê-lo através da conquista de eleitores e de execução de políticas públicas quando ocupando o Estado.

das preferências dos votantes. Em situações críticas, preferem escolher alianças com partidos que partilham sua visão de mundo, ainda que isso signifique realizar algumas concessões programáticas’.

⁸ Incorporado do PCdoB em 2018.

⁹ Wolinetz atribui a posição dos partidos antissistema para os partidos de ‘integração de massa’, termo cunhado por Neumann (1955). Mas a ideia central é a mesma: partidos que estão mais preocupados com a militância política do que com disputar eleições.

Já a centro-esquerda se aproxima mais do centro do que da própria esquerda. São partidos que parecem não ter clareza de seus objetivos e são apontados como portadores de uma poligonal que não aponta em nenhum sentido. Com exceção do Rede, os demais partidos de centro-esquerda e centro sugerem um comportamento pouco coeso e incapaz de, mesmo dentre especialistas, despertar um entendimento sobre o que se propõe. Talvez o PPS/Cidadania seja entendido como uma legenda que prioriza a busca por cargos e posições no governo acima da média de seus pares, mas longe de ter um comportamento coeso em uma ou duas direções. A centro-direita (grafada em azul-claro) é o retrato de partidos preocupados em conseguir votos e patronagem, estando sempre no governo seja via eleição, seja via patronagem. É uma fatia ideológica que se caracteriza por um domínio absoluto de partidos fisiológicos.

A centro-direita, que se inicia com PTB e acaba com PHS, e a direita, que começa com MDB e segue até o PSC, apresenta também um domínio do fisiologismo ainda que conte com algumas exceções. A primeira é o PSDB que possui geometria que aufere peso razoável para a dimensão *vote* e para a dimensão *policy-seeking* da classificação. O gráfico tucano, aliás, se assemelha ao encontrado em outra pesquisa que utiliza dados de comportamento eleitoral para estabelecer os padrões de comportamento partidário fazendo do mesmo modelo aqui apresentado (Rebello, Giora and Pereira, 2020, p. 94). A segunda exceção está no partido Novo que é entendido como uma organização mais preocupada com a perseguição programática entre seus objetivos, colocando-o em paralelo com os partidos de esquerda. Por fim, o DEM, de extrema-direita, que apresenta um comportamento tido como similar aos partidos de centro-esquerda e centro, não tendo um objetivo claro no entendimento dos entrevistados. O caso do DEM poderia ensejar um partido satélite que sempre esteve à serviço do PSDB nos governos e disputas eleitorais (Carreirão, 2006; Bolognesi, 2013). Mas interessante notar que esse padrão não se repete quando a 'lua' é de esquerda, PCdoB, que sempre foi uma força auxiliar do PT (Braga, 2007, 2010), não é percebido como percutor de posições no governo.

A extrema-direita, ainda que povoada somente por duas legendas, adiciona em seus objetivos a perseguição de comportamento programático que não é a moda entre seus pares das colorações ideológicas vizinhas. Mesmo longe do comportamento em busca de políticas da esquerda e sua extrema, é um elemento consistente com partidos políticos que possuem posições polarizadas, apresentando ideologia manifesta tanto no Patriota, quanto no DEM.

Apenas como critério comparativo, o trabalho de Rebello, Giora e Pereira (2020, p. 92) utiliza a tríade *policy*, *office* e *vote-seeking* e estabelece os objetivos de alguns partidos políticos a partir de seu comportamento em eleições estaduais. Semelhante ao que encontramos aqui sobre a percepção dos cientistas políticos sobre esse comportamento, os autores mostram que a maioria dos partidos analisados prioriza ocupar cargos em governos e Estados (são os casos de PSDB, PDT, DEM, PSB e Progressistas). O MDB atua de forma diversa e não prioriza nenhum objetivo específico, enquanto o PT é o único partido que coloca a dimensão *policy* na frente das outras.

Mas as posições dos partidos políticos se alteram ao longo do tempo. O Patriota, por exemplo, um partido sem muita expressão e que até então possuía a alcunha de Partido Ecológico Nacional (PEN) e operava como o braço político de igrejas evangélicas neopentecostais (Cassotta, 2016), ganha destaque quando muda seu nome em 2018 objetivando abrigar a candidatura do atual presidente da República. O que pode, com efeito, ter o colocado na extrema direita ao invés do fisiologismo esperado.

Para observar o movimento essas mudanças, comparamos nossa classificação à produzida por Tarouco e Madeira, também consultando a comunidade de experts da Ciência Política (2015). Há, é claro, muitas outras classificações e formas de mensuração da ideologia partidária como afirmamos acima. Contudo, preservar a comunidade de respondentes – ainda que este não seja um estudo de painel – nos parece ser um critério importante para ganharmos em controle na comparação (Harmel and Janda, 1978; Ragin, 1987; Sartori, 1991)¹⁰.

O primeiro dado que merece destaque é a tendência centrífuga à direita do sistema partidário. O Gráfico 2 aponta nesta direção, de 2010 (quando a primeira pesquisa com os associados da ABCP foi realizada) para 2018 mais partidos passaram a ocupar a posição de direita e, ainda, mais partidos passaram a ter posições mais extremadas. A esquerda, por outro lado, não cresce em tamanho, mas tem suas posições aprofundadas com exceção do Partido dos Trabalhadores (PT).

A hipótese para este fenômeno reside justamente na centralidade do PT para a compreensão e classificação de seus pares. A imutabilidade do partido em duas rodadas de classificação, duas eleições (2010 e 2014) disputadas e com um episódio importante na história do partido (o impeachment de Dilma Roussef em abril de 2016) pode ser interpretada como a solidez da legenda como referência para estabelecer a posição dos

¹⁰ Para prosseguir com a comparação, normalizamos os valores na escala 0 a 10.

demais partidos. O PT serve como baliza ideológica para que os cientistas políticos brasileiros apresentem sua visão de mundo sobre os partidos políticos brasileiros, o que já foi observado em outros países sugerindo que os grandes partidos que possuem saliência programática tendem a servir de referência para estruturar a percepção dos demais (Mair, 2001, pp. 12–13).

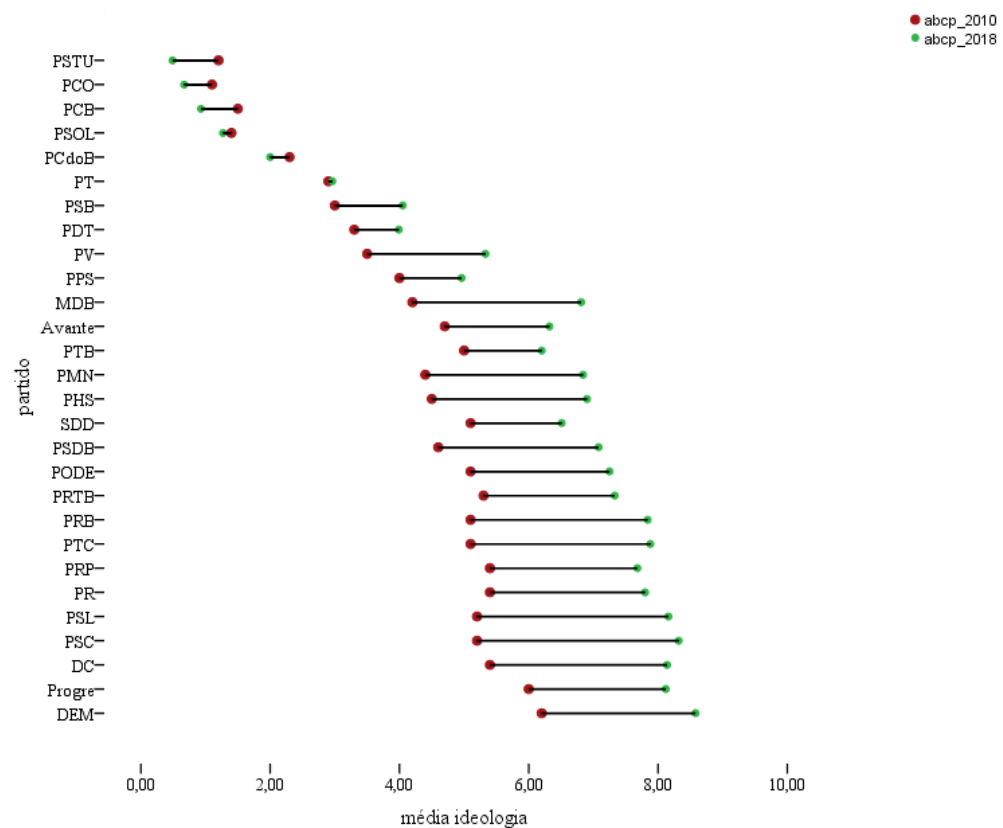


Gráfico 2 – Comparação do posicionamento ideológico 2010 vs 2018

Fonte: *survey* ABCP/UFPR e Tarouco e Madeira (2015)

Outro partido que apresenta pouca mudança é o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Ainda que seja um partido com idade inferior ao PT, ele também parece servir de referência para o posicionamento dos demais. Interessante é que em ambas as classificações o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), agremiação satélite do PT, é o que se coloca entre PT e PSOL. Num primeiro momento mais próximo ao PT, quando este governava o país e PCdoB fazia parte da sustentação de governo e agora, em 2018, mais afastado, numa tendência de distanciamento e diferenciação geral das organizações de esquerda em relação ao PT. É a partir desse último também que a tendência centrífuga à direita ganha corpo. Sem nenhuma exceção, todos os partidos classificados à direita do

PT têm suas posições aprofundadas no sentido oposto dele. Mesmo partidos ora próximos, como o Partido Socialista Brasileiro (PSB), que comungava quase do mesmo ponto médio petista em 2010, caminham incisivamente para a direita.

Como afirmamos na introdução, as mudanças na classificação dos partidos podem ser também produto de rearranjo do sistema partidário. A crescente de partidos tende a promover uma corrida do centro em relação às franjas, onde o expert tenta ocupar toda a reta. Mair (2001) sugere que a fragmentação pode levar à polarização, de modo que o centro da reta é menos ocupado do que os polos. Contudo, o que vemos aqui é uma fragmentação que não polariza propriamente, apenas dificulta o posicionamento dos partidos de centro-direita e direita. Essa é uma das possíveis interpretações para a tendência centrífuga apontada no Gráfico 2, já que de 2010 para 2018 nada menos do que dez partidos foram acrescentados no levantamento, em sua maioria ocupando posições à direita do espectro. Por fim, a classificação é realizada a partir de julgamentos individuais que podem levar em conta diferentes dimensões (comportamento legislativo, proposição de políticas públicas, comportamento eleitoral, opinião pública etc.) como dimensões válidas para posicionar os partidos políticos. Isso é especialmente sensível no caso de especialistas na medida em que suas formações os treina no sentido de compreender um fenômeno – ou um partido – como um organização complexa e tende a desprender sua avaliação de experiências particulares (Tarouco and Madeira, 2015, p. 26).

Ainda, há outro problema fundamental que ocorre em relação à dinâmica partidária em si. Os partidos políticos não são organizações congeladas no tempo. As percepções sobre os partidos se alteram conforme estes passam por governos, assumem posições públicas, apoiam determinadas personalidades e adequam seus programas para disputa eleitoral (Wills-Otero, 2016). Isso pode também afetar a percepção que os analistas possuem sobre as colorações ideológicas das agremiações, que podem variar ao longo do tempo, portanto. Esse problema esteve ligado a relação que os partidos da Europa Ocidental teriam com seus eleitores e com a imagem projetada na opinião pública. A história do partido, principalmente sua origem, torna-se uma dimensão basilar para a classificação ideológica dos partidos por experts na Europa, quando especialistas tendem a encontrar nas famílias partidárias (Mair and Mudde, 1998) as respostas mais precisas para posicionar espacialmente um partido (Kligemann *et al.*, 2006). No Brasil essa talvez possa ser a resposta para a imutabilidade posicional do PT, partido com origem e história capaz de diferenciá-lo na fauna partidária (Amaral and Power, 2015). Mas ao mesmo

tempo ocorre exatamente o oposto com o restante do sistema partidário, onde os laços históricos são fluídos e inconstantes (Carreirão, 2014).

Conclusão

De forma descritiva, o trabalho tenta apresentar uma classificação atualizada da constelação partidária brasileira. Nem a técnica e tampouco o objeto são novidade. O que conseguimos trazer para o interessado no debate sobre partidos políticos e suas posições programáticas é um apanhado completo do sistema partidário e uma classificação que tenta ir além da díade esquerda-direita.

Quando adicionamos todos os partidos políticos na pesquisa podemos listar alguns ganhos e perdas. O primeiro ganho é termos uma classificação de todo o sistema partidário brasileiro sem que seja preciso apelar para procedimentos de baixa validade como análise de manifestos ou de coligações. Partidos pequenos e não ideológicos pululam em nossa democracia, ou seja, tendem a ter programas vazios e comportamento eleitoral pragmático, o que dificulta sua classificação. Ao pedir para que experts o façam, mesmo através da comparação e oposição aos partidos programáticos, ganhamos compreensão em como está organizado o sistema representativo. Por outro lado, fica claro que adicionar os objetivos dos partidos políticos aponta de que modo a classificação ideológica é mais saliente para algumas categorias do que para outras. Notadamente as agremiações de esquerda e extrema-esquerda tem o programatismo saliente enquanto centro, centro-direita e direita estão mais associadas com partidos fisiológicos e *catch-all* (Wolinetz, 2011).

Ainda, ao comparar os dados com classificações anteriores conseguimos notar movimentos gerais do conjunto de partidos. No caso aqui, observamos uma tendência centrífuga que moveu a maioria das legendas para a direita, com algumas exceções que estavam à esquerda do PT na primeira onda. Esse movimento foi observado também quando analisamos os partidos a partir de seus legisladores (Zucco and Power, 2020). Nossa interpretação está ligada tanto ao impedimento de um presidente do PT em 2016, que colocou partidos aliados e centristas para a oposição ao petismo, quanto à ascensão da extrema-direita que encolheu o espaço da direita e da centro-direita.

Referências

- Amaral, O. E. do and Power, T. J. (2015) 'The PT at 35 : Revisiting Scholarly Interpretations of the Brazilian Workers ' Party', *Journal of Latin A*, (December), pp. 1–25. doi: 10.1017/S002216X15001200.
- Ames, B. (2003) *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: FGV.
- Arce, M. (2010) 'Parties and Social Protest in Latin America's Neoliberal Era', *Party Politics*, 16(5), pp. 669–686. doi: 10.1177/1354068809346005.
- Babireski, F. (2014) 'As diferenças entre a direita do Brasil, Chile e Uruguai: análise dos programas e manifestos partidários', *Paraná Eleitoral*, 3(1), pp. 171–198.
- Benoit, K. and Laver, M. (2006) *Party Policy in Modern Democracies*. London: Routledge.
- Van Biezen, I., Mair, P. and Poguntke, T. (2012) 'Going, going, . . . gone? The decline of party membership in contemporary Europe', *European Journal of Political Research*, (51), pp. 24–56. doi: 10.1111/j.1475-6765.2011.01995.x.
- Bobbio, N. (1995) *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora UNESP.
- Bolleyer, N. (2013) *New parties in old party systems: persistence and decline in seventeen democracies*. Oxford: Oxford University Press.
- Bolognesi, B. (2013) 'A seleção de candidaturas no DEM, PMDB, PSDB e PT nas eleições legislativas federais brasileiras de 2010: percepções dos candidatos sobre a formação das listas', *Revista de Sociologia e Política*, 21(46), pp. 45–68.
- Botelho, J. C. A. (2018) 'Da perda de legitimidade à polarização: os partidos e os sistemas partidários de Argentina e Venezuela', *Caderno CRH*, 31(83), pp. 407–426. doi: 10.1590/s0103-49792018000200015.
- Braga, M. do S. S. (2007) 'O processo político-partidário brasileiro e as eleições de 2006', *Política & Sociedade*.
- Braga, M. do S. S. (2010) 'Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistemas partidários institucionalizados', *Revista Brasileira de Ciência Política*, (4), pp. 43–73.
- Carreirão, Y. de S. (2006) 'Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina', *Opinião Pública*, 12(1), pp. 136–163.
- Carreirão, Y. de S. (2014) 'O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente', *Revista Brasileira de Ciência Política*, (14), pp. 255–295.
- Cassotta, P. L. (2016) 'Uma análise do comportamento dos deputados evangélicos no Legislativo brasileiro', *E-Legis*, 9(20), pp. 75–101.
- Dantas, H. and Praça, S. (2010) 'Pequenos partidos no Brasil: uma análise do posicionamento ideológico com base nas coligações municipais de 2000 a 2008', in Krause, S., Dantas, H., and Miguel, L. (eds) *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro; São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung; Ed. Enesp, pp. 99–133.

Desposato, S. W. (2006) 'Parties for Rent? Ambition, Ideology, and Party Switching in Brazil's Chamber of Deputies', *American Journal of Political Science*, 50(1), pp. 62–80. doi: 10.1111/j.1540-5907.2006.00170.x.

Dias, M. R. (2012) 'Um estudo sobre a classificação ideológica dos partidos políticos através de seus projetos de lei “ A quem serve o Graal ?”', pp. 209–235.

Downs, A. (1999) *Um teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp.

Epstein, D. J. (2009) 'Clientelism Versus Ideology: Problems of Party Development in Brazil', *Party Politics*, 15, pp. 335–355. doi: 10.1177/1354068809102250.

Figueiredo, A. A. and Limongi, F. (2000) 'Presidential Power, Legislative Organization, and Party Behavior in Brazil', *Comparative Politics*, 32(2), pp. 151–170. doi: 10.2307/422395.

Franzmann, S. and Kaiser, A. (2006) 'Locating Political Parties in Policy Space: A Reanalysis of Party Manifesto Data', *Party Politics*, 12(2), pp. 163–188. doi: 10.1177/1354068806061336.

Harmel, R. and Janda, K. (1978) *Comparing Political Parties*. Washington D.C.: The American Political Science Association.

Janda, K. and Colman, T. (1998) 'Effects of Party Organization on Performance During the 'Golden Age' of Parties', *Political Studies*, 46(3), pp. 611–632. doi: 10.1111/1467-9248.00157.

King, G. *et al.* (2004) 'Enhancing the Validity and Measurement in Survey Research', *American Political Science Review*, 98(1), pp. 191–297. doi: 10.1017/S000305540400108X.

Kinzo, M. D. A. G. (1988) *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Editora Vértice.

Kligemann, H. *et al.* (2006) *Mapping policy preferences II: Estimates for parties, electors, and governments in Eastern Europe, European Union and OECD 1990-2003*. Oxford: Oxford University Press.

Laver, M. (2001) 'Why should we estimate the policy positions of political actors?', in *Estimating the policy positions of political actors*. New York: Routledge, pp. 3–9.

Mainwaring, S. (1993) 'Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil', *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (28–29).

Mair, P. (2001) 'Searching for the positions of political actors: a review of approaches and a critical evaluation of expert surveys', in *Estimating the policy positions of political actors*. New York: Routledge, pp. 10–30.

Mair, P. and Mudde, C. (1998) 'The Party Family and its study', *Annual Review of Political Science*, (january), pp. 211–228. doi: 10.1177/1094-2939/98/0616-0211\$08.00 211.

Melo, C. R. (2015) 'Avaliando vínculos entre partidos e deputados nas Assembleias Legislativas brasileiras', *Opinião Pública*, 21(2), pp. 365–392. doi: 10.1590/1807-01912015212365.

Müller, W. C. and Strøm, K. (1999) *Policy, office, or votes? How political parties in western europe make hard decisions, How Political*. Cambridge: Cambridge University

Press. doi: 10.1017/CBO9780511625695.

Neumann, S. (1955) *Modern Political Parties*. Chicago: University of Chicago Press.

Pereira, C. and Mueller, B. (2003) 'Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil', *Dados*, Rio de Janeiro, 46(4), pp. 735–771. Available at: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v46n4/a04v46n4.pdf> (Accessed: 30 August 2012).

Power, T. J. and Zucco Jr., C. (2009) 'Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990–2005', *Latin American Research Review*, 44(1), pp. 218–246.

Ragin, C. C. (1987) *The comparative method. Moving beyond qualitative and quantitative strategies*. Berkley: University of California Press.

Rebello, M. M., Giora, G. and Pereira, M. H. G. (2020) 'Os objetivos dos partidos no Brasil (1982-2018): construindo o IOP', *Revista Debates*, 14(3), pp. 70–98. doi: 10.22456/1982-5269.102594.

Ribeiro, P. F. (2003) 'O PT sob uma perspectiva sartoriana: de partido anti-sistema a legitimador do sistema', *Política & Sociedade*, (3), pp. 45–70.

Rodrigues, L. M. L. M. (2002) *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: Edusp.

Rose, R. (1984) *Do parties make a difference?* Second. London and Basingstoke: The Macmillan Press.

Samuels, D. J. (1999) 'Incentives to Cultivate a Party Vote in Candidate-centric Electoral Systems: Evidence from Brazil', *Comparative Political Studies*, 32(4), pp. 487–518. doi: 10.1177/0010414099032004004.

Sartori, G. (1980) *Partidos y sistemas de partidos*. Madrid: Alianza Editorial.

Sartori, G. (1991) 'Comparing and miscomparing', *Journal of Theoretical Politics*, (3), pp. 243–257. doi: 10.1177/0951692891003003001.

Scarrow, S. E. (1996) *Parties and their members*. Oxford: Oxford University Press.

Scheffer, F. (2016) *Ideologia e comportamento parlamentar na Câmara dos Deputados: faz sentido ainda falar em esquerda e direita?* Universidade Federal de Santa Catarina.

Singer, M. and Kitschelt, H. (2011) "'Do Everything" (DoE) Parties: When Can Politicians Combine Clientelistic and Programmatic Appeals?', in *Workshop on Democratic Accountability Strategies*. Durham, pp. 1–31. Available at: [file:///Users/javierbrolo/Documents/Me/Data/Writings/Mendeley Desktop/Singer, Kitschelt/2011/Singer, Kitschelt_2011_Do Everything \(DoE\) Parties When Can Politicians Combine Clientelistic and Programmatic Appeals.pdf](file:///Users/javierbrolo/Documents/Me/Data/Writings/Mendeley%20Desktop/Singer,%20Kitschelt/2011/Singer,%20Kitschelt_2011_Do%20Everything%20(DoE)%20Parties%20When%20Can%20Politicians%20Combine%20Clientelistic%20and%20Programmatic%20Appeals.pdf).

Smith, C. M. (2004) 'Money to burn: Party finance and party organization in Germany and Austria', in *Midwest Political Science Association Conference*, pp. 1–46.

Strom, K. (1990) 'A Behavioral Theory of Competitive Political Parties', *American Journal of Political Science*, 34(2), pp. 565–598.

Tarouco, G. D. S. and Madeira, R. M. (2013) 'Esquerda e direita no sistema partidário

brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos.’, *Revista Debates*, 7(n 2), pp. 93–114.

Tarouco, G. da S. and Madeira, R. M. (2013) ‘Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil’, *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, 21(45), pp. 149–165.

Tarouco, G. da S. and Madeira, R. M. (2015) ‘Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos Análise de um expert survey’, *Civitas*, 15(1), pp. 24–39.

Wiesehomeier, N. and Benoit, K. (2007) *Parties and Presidents in Latin America: Data from Expert Surveys in 18 Latin American Countries, 2006-2007*. Konstanz; Dublin: University of Konstanz, Trinity College Dublin.

Wills-Otero, L. (2016) ‘The electoral performance of Latin American traditional parties, 1978–2006: Does the internal structure matter?’, *Party Politics*, 22(6), pp. 758–772. doi: 10.1177/1354068814563971.

Wolinetz, S. B. (2002) ‘Beyond the Catch-All Party: Approaches to the Study of Parties and Party Organization in Contemporary Democracies’, in Ghunter, R., Montero, J., and Linz, J. (eds) *Political Parties: old concepts, new challenges*. Oxford: Oxford University Press, pp. 136–165.

Wolinetz, S. B. (2011) ‘Party system change : The catch - all thesis revisited’, (December).

Zucco, C. and Power, T. J. (2020) ‘Fragmentation Without Cleavages? Endogenous Fractionalization in the Brazilian Party System’, *Comparative Politics*, 53(3), pp. 477–500. doi: 10.5129/001041521x15941508069585.

Zucco Jr., C. and Zucco, C. (2011) ‘Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros’, in Power, T. and Zucco, C. (eds) *O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, pp. 37–60.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores concordam que caso o manuscrito venha a ser aceito e postado no servidor SciELO Preprints, a retirada do mesmo se dará mediante retratação.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.